

Lição 3: Se o *quod quid* significado pela definição pode ser demonstrado através de termos conversíveis

“a12. O próximo passo— a14. Poderíamos argumentar— a18. pois se A é 'peculiar'— a19. e além disso (2)— a22. Se não se toma— a25. Visto que, portanto, ambos— a28. Podemos generalizar— a32. É, no entanto, o caso— a35. Assim, os que provam— b1. Pois se A é predicável

Após investigar disputativamente se a definição que significa *quod quid* pode ser demonstrada, o Filósofo continua a investigar disputativamente e pergunta se o próprio *quod quid*, que é significado por uma definição, pode ser provado demonstrativamente. Primeiro, ele declara o que pretende. Em segundo lugar, ele prossegue com sua proposta (91a14).

Primeiro, portanto (91a12), ele levanta a questão: Pode haver um silogismo ou demonstração daquilo que é o *quod quid*, ou seja, de modo a concluir que isto é o *quod quid* disto; ou isso não pode ser feito, como supôs a razão imediatamente anterior?

Ora, era necessário empreender esta disputação logo após a anterior, porque numa definição deve-se ter certeza não apenas de que aquilo que ela significa é o *quod quid*, mas também de que seja formulada de modo a ser adequada para manifestar o *quod quid*, i.e., de modo a ser composta de itens anteriores e mais conhecidos e possuir as outras características que marcam uma definição. É significativo que ele diga "se há silogismo ou demonstração", pois algumas das razões que se seguem concluem que não há demonstração do *quod quid*, e outras que não há silogismo algum dele.

Então (91a14) ele procede disputativamente para mostrar que não há silogismo, ou demonstração do *quod quid*. Primeiro, ele exclui certas maneiras especiais pelas quais poderia parecer possível

demonstrar o *quod quid*. Em segundo lugar, ele apresenta razões comuns para isso (953) [L. 6]. Quanto ao primeiro, ele faz três coisas. Primeiro, mostra que o *quod quid* não pode ser demonstrado usando termos conversíveis. Em segundo lugar, que não pode ser demonstrado por divisão (91b12) [L. 4]. Em terceiro lugar, que não pode ser demonstrado aceitando aquilo que é requerido para o *quod quid* (92a6) [L. 5]. Quanto ao primeiro, ele faz três coisas. Primeiro, ele prefacia certas noções necessárias para mostrar a proposta. Em segundo lugar, ele induz uma razão (91a17). Em terceiro lugar, ele revela o inconveniente que se segue (91a32).

Com respeito ao primeiro (91a4) ele pressupõe duas coisas: a primeira delas pertence ao silogismo, ou seja, que todo silogismo prova algo sobre algo por meio de algum termo médio, como fica claro pelo que foi dito acima. A outra pertence ao que deve ser provado pelo silogismo, ou seja, o *quod quid*, para o qual duas condições são exigidas. A primeira delas é que o *quod quid* seja próprio, pois cada coisa tem sua própria essência ou quiddidade própria. Mas porque nem tudo que é próprio de algo pertence à sua essência, uma segunda condição é necessária, a saber, que seja predicado *in quid*. Além disso, uma terceira condição deve decorrer dessas duas, a saber, que o *quod quid* seja conversível com aquilo de que é predicado.

Então (91a17) ele estabelece uma razão em apoio à sua proposta. Quanto a isso, ele faz três coisas. Primeiro, ele declara que tipo de silogismo seria necessário para concluir um *quod quid*, se isso fosse possível. Em segundo lugar, ele conclui o inconveniente que se segue disso (91a25). Em terceiro lugar, ele usa termos para exemplificar isso (91a28). Quanto ao primeiro, ele faz três coisas. Primeiro, mostra o que é necessário para um silogismo que conclui o *quod quid* no que diz respeito a ser algo próprio. Em segundo lugar, o que é necessário no que diz respeito a ser predicado *in quid* (91a18). Em terceiro lugar, ele mostra que sem essas características tal silogismo não seria possível (91a21).

Ele diz, portanto, primeiro (91a18) que se A, que deve ser provado de C como seu *quod quid*, é próprio de C (o que é exigido do *quod quid*, como foi dito), será necessário que o primeiro, ou seja, A, seja próprio do médio que é B; pois se A excedesse [i.e., fosse mais universal que] B, que é predicado universalmente de C, seguir-se-ia que A excede C ainda mais. Da mesma forma, é claro que B terá que ser próprio de C: pois se B excedesse C, seguir-se-ia que A, que é predicado universalmente de B, excede C; conseqüentemente, não seria próprio dele, como foi suposto. O que resta, portanto, é que se deve haver um silogismo que conclua o *quod quid*, os termos terão que estar relacionados de modo que todos sejam mutuamente conversíveis.

Então (91a18), ele mostra o que o silogismo em questão deve ter, se a condição de que aquilo que conclui seja predicado em *quod quid* deve ser cumprida. E ele diz que tal silogismo deve ser formulado de modo que o extremo maior, que é A, seja predicado em *quod quid* do meio, que é B; da mesma forma, B deverá ser predicado em *quod quid* do extremo menor, que é C. Dessa forma, pode-se concluir que A é predicado de C em *quod quid*.

Em seguida (91a21), ele mostra que o referido modo de silogizar é necessário. E afirma que se alguém não toma os termos dessa forma, "duplicando assim", i.e., observando as duas condições estabelecidas acima, i.e., tomando o *quod quid* de ambos os lados, não se segue necessariamente que A seria predicado de C em *quod quid*. De fato, se as condições mencionadas forem observadas apenas de um lado, isso não é suficiente para o propósito pretendido. Pois mesmo que A fosse

predicado de B em *quod quid*, não se seguiria por causa disso que ele deve ser predicado em *quod quid* de tudo aquilo de que B porventura fosse predicado de alguma forma aleatória. Consequentemente, segue-se que o *quod quid* deve ser tomado de ambos os lados de tal forma, a saber, que não apenas A seja o *quod quid* de B, mas também que B seja o *quod quid* de C, sendo predicado conversivelmente e em *quod quid*.

Então (91a25), ele leva ao inconveniente: pois se, como foi indicado, não apenas se encontra de ambos os lados algo que é predicado em *quod quid* — como um gênero predicado de uma espécie —, mas também se encontra de ambos os lados que esse algo é o *quod quid erat esse* — que uma definição significa —, segue-se que o *quod quid erat esse* já estava no termo médio, i.e., que o termo médio é o *quod quid erat esse* do extremo menor. Consequentemente, estaríamos supondo a própria coisa que nos propusemos a provar, a saber, a quiddidade de C. [*quod quid erat esse* refere-se à natureza essencial de um ser.]

Em seguida (91a28), ele esclarece o que acabou de dizer, usando termos. Assim, se quisermos mostrar o que é o homem, que C, i.e., o extremo menor, seja "homem", e A, o extremo maior, seja o "*quod quid* do homem", digamos "animal bípede", ou algo similar a isso. Portanto, se é isso que pretendemos provar pelo silogismo, é necessário encontrar a definição de algum meio, a saber, B, tal que A seja predicado de todo B. Além disso, a este meio pertencerá alguma outra definição intermediária que, a saber, era a definição do extremo menor. Daí se seguirá que este meio também será o *quod quid* do homem. Consequentemente, quem silogiza dessa forma estaria supondo o que era exigido provar, a saber, que B é o *quod quid erat esse* do homem.

Então (91a32), ele mostra como esse inconveniente se segue das premissas. Para isso, ele faz três coisas. Primeiro, indica o método pelo qual isso pode ser feito adequadamente. E diz que o que foi dito deve ser considerado em duas proposições que são primeiras e que têm termos que pertencem imediatamente uns aos outros. Pois seria possível provar nosso ponto seja com várias proposições (o que levaria a vários silogismos), seja com apenas duas proposições, mas tomando-as como mediatas. Mas porque, em última análise, devemos sempre chegar a duas proposições imediatas, então, por brevidade e rapidez, suponhamos tais proposições desde o início. Assim, poderemos manifestar nosso ponto com bastante facilidade.

Em segundo lugar (91a35), ele afirma o que pretende e diz, concluindo do que foi dito, que aqueles que tentam demonstrar, por meio de termos conversíveis, o *quod quid* de alguma coisa (digamos, o que é uma alma, ou o que é o homem, ou qualquer outra coisa desse tipo), necessariamente cometem a falha de petição de princípio. E ele cita como exemplo a definição de alma de Platão. Pois, como a alma é viva e é a causa do corpo estar vivo, segue-se que ela difere do corpo pelo fato de que o corpo vive em virtude de alguma causa diferente de si mesmo, mas a alma vive em virtude de si mesma. Mas Platão postulou que o número é a substância de todas as coisas: pois ele não distinguiu entre o um, que se converte com o ser e se refere à substância daquilo de que é predicado, e o um que é o princípio do número. Como consequência, seguiu-se que a alma, quanto à sua substância, é um número, assim como qualquer outra coisa que contém muitas coisas em si mesma.

Da mesma forma, Platão postulou que viver é uma das maneiras de ser movido. Pois os seres vivos se distinguem dos não vivos por dois aspectos, a saber, sentido e movimento, como é afirmado em

Sobre a Alma I. Além disso, ele afirmou que sentir ou conhecer é uma maneira de ser movido. Assim, portanto, ele disse que a alma é um número que se move a si mesmo, além de dizer que a alma é sua própria causa de estar viva. Consequentemente, se alguém desejasse provar o que é uma alma, a saber, que é algo que é sua própria causa de estar viva, e assumisse como meio que a alma é um número que se move a si mesmo, seria necessário pedir isso, a saber, que a alma é um número que se move a si mesmo, de modo que isso seja idêntico à alma como sendo seu *quod quid*. Caso contrário, não se seguiria, se algo é o *quod quia* do número que se move a si mesmo, que seja o *quod quid* da própria alma.

Em terceiro lugar (91b1), ele prova sua proposta, a saber, que tal prova envolve petição de princípio. E diz que não se segue do fato de que A se segue de B e B de C que o extremo maior, A, seja o *quod quid* do extremo menor, C; o que se segue é simplesmente que A está em C. E se ainda for concedido que A é o *quod quid* de algo e é predicado universalmente de B, ainda não se segue que A seja o *quod quid* de C: pois é evidente que isso, i.e., o *quod quid* de animal, é predicado universalmente disto que é o *quod quid* do homem. Pois assim como é verdade que animal é predicado universalmente do homem, também é verdade que a definição de animal é predicada universalmente da definição de homem; mas isso não significa que eles sejam inteiramente um e o mesmo.

E assim fica claro que, a menos que se tomem os termos de tal forma que o primeiro seja inteiramente um e o mesmo com o meio, e o meio com o último, não será possível silogizar que A, que é o primeiro, seja o *quod quid* de C — que é o último — e sua essência. Mas se os termos forem tomados dessa forma, segue-se que, antes de ser concluído, o *quod quid* de C, a saber, B, foi assumido nas premissas. Disso se segue que não há demonstração, mas uma petição ou suposição da questão.

Revision #2

Created 20 September 2026 17:46:23 by Admin

Updated 20 September 2026 23:09:29 by Admin